

ITAFÓS ARRAIAS MINERAÇÃO E FERTILIZANTES S.A.

*Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor
independente*

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Aos
Administradores e Acionistas da
Itafós Arraias Mineração e Fertilizantes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Itafós Arraias Mineração e Fertilizantes S.A. (companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itafós Arraias Mineração e Fertilizantes S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 2.2 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em resultado negativo de R\$ 36.911 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, naquela data, a companhia detinha um passivo a descoberto de R\$ 86.148. Conforme mencionado na nota explicativa 1 a Administração vem tomando ações para o soerguimento da Companhia e tem o compromisso de seus acionistas de continuar a fornecer suporte financeiro conforme necessário para cumprir com seus passivos, conforme e quando eles se tornem devidos, para garantir a continuidade dos negócios e as operações em andamento nos próximos 12 meses,

porém esses eventos ou condições, juntamente com outras informações contidas nos demonstrativos contábeis, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Obrigações para desmobilização de ativos

Como consequência das suas operações, a Companhia incorre em custos com obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

A estimativa da Companhia para a provisão de desmobilização de área inclui premissas relacionadas com a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental, e para a desmobilização e remoção das estruturas e equipamentos utilizados na extração de minérios, assim como o prazo e os custos estimados de abandono.

Identificamos a avaliação desta estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, em especial a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental, ou seja os critérios a serem atendidos quando do momento da efetiva remoção e restauração, o prazo e os custos estimados de abandono.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de determinação da estimativa de provisão para desmobilização de áreas, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas chave que compreendem o prazo para o abandono da área, e os custos estimados de abandono;
- Avaliação da premissa de prazo do abandono usado pela Companhia através da comparação das curvas de produção e vida útil das reservas utilizadas na estimativa;
- Avaliação da estimativa do custo de abandono através de comparação com relatórios externos da indústria;
- Avaliação do escopo, competência e objetividade dos engenheiros internos da Companhia responsáveis pelas curvas de produção e vida útil das reservas, além dos especialistas externos de reservas contratados pela Companhia para certificar o volume de tais reservas. Tal avaliação inclui a

avaliação da natureza do trabalho efetuado, assim como suas qualificações e experiência profissional;

Redução ao valor recuperável dos ativos (“Impairment”)

Para a redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”) imobilizado e intangível, a Companhia identifica suas unidades geradoras de caixa (“UGC”), estima o valor recuperável de cada UGC utilizando como base um fluxo de caixa projetado para cada UGC, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de certas premissas futuras como: preços globais de fertilizantes, taxa de câmbio (Real/Dólar), gastos capitalizáveis (“CAPEX”), gastos operacionais (“OPEX”), e estimativas de volume de produção. O valor recuperável também é sensível a pequenas mudanças na taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

Devido à relevância do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis e o nível de incerteza para a determinação do impairment relacionado, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:

- Avaliação das premissas e estimativas da Companhia para determinar o valor recuperável dos seus ativos, incluindo aqueles relacionados a produção, custo de produção, investimentos de capital, taxas de desconto e taxas de câmbio;
- Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxos de caixa, da razoabilidade e da consistência das premissas utilizadas na preparação das projeções de fluxos de caixa e comparação dessas premissas com informações do mercado e com base em nosso conhecimento da Companhia e da indústria, elaborando análise de sensibilidade;
- Conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 27 de março de 2023

Mapah Auditores Independentes II S/S
CRC-GO: 002968/O

Manoel Estevam de Farias Filho
Contador - CRC-GO: 14095/

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.496	57	Fornecedores	11	1.795	1.015
Contas a receber de clientes	5	7.896	452	Obrigações sociais e trabalhistas	15	3.427	3.184
Estoques	6	27.513	14.298	Impostos e contribuições a recolher	14	6.717	6.585
Impostos a recuperar	7	7.147	23	Adiantamento de clientes		2.665	910
Depósitos judiciais	12	4.172	4.172	Passivo de arrendamento		691	714
Outros créditos		4.737	13.129	Debêntures	10	1.712	4.678
				Outras contas a pagar	13	2.834	3.017
Total do ativo circulante		90.960	32.131	Total do passivo circulante		19.841	20.103
Não Circulante				Não circulante			
Mútuos com partes relacionadas	22	2.140	1.865	Impostos e contribuições a recolher	14	1.265	884
Estoques	6	4.036	5.043	Provisão para desmobilização das instalações	16	29.994	42.872
Impostos a recuperar	7	38.844	46.446	Provisões para contingências	12	3.409	1.324
		45.020	53.354	Debêntures	10	383.261	354.588
				Mútuos com partes relacionadas	21	219.469	176.672
				Outras contas a pagar	13	1.311	2.077
Imobilizado	8	267.848	277.542	Total do passivo não circulante		638.709	578.417
Intangível	9	168.574	168.585	Total do passivo		658.550	598.520
Total do ativo não circulante		481.442	499.481	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		1.829.387	1.811.716
				Reserva de capital		55.214	55.214
				Prejuízos acumulados		(1.970.749)	(1.933.838)
				Total do patrimônio líquido		(86.148)	(66.908)
Total do ativo		572.402	531.612	Total do passivo e patrimônio líquido		572.402	531.612

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	2022	2021
Receitas	18	114.784	867
Custo dos produtos	19	(114.136)	(14.650)
Lucro bruto		647	(13.783)
Despesas gerais e administrativas	19	(12.944)	(9.788)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	19	5.051	1.567
Prejuízo antes do resultado financeiro		(7.245)	(22.004)
Receitas financeiras	20	997	437
Despesas financeiras	20	(30.663)	(20.679)
Lucro líquido do exercício		(36.911)	(42.247)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	(36.911)	(42.247)
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(36.911)</u>	<u>(42.247)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Capital subscrito</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2020	1.768.982	55.214	(1.891.591)	(67.395)
Aumento de capital social	42.734	-	-	42.734
Prejuízo do exercício	-	-	(42.247)	(42.247)
Em 31 de dezembro de 2021	1.811.716	55.214	(1.933.837)	(66.908)
Aumento de capital social	17.671	-	-	17.671
Prejuízo do exercício	-	-	(36.911)	(36.911)
Em 31 de dezembro de 2022	1.829.387	55.214	(1.970.749)	(86.148)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social	(36.911)	(42.247)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	6.455	442
Juros apropriados	28.634	17.545
Provisão para contingências	2.085	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	35	
Resultado de baixa e alienação de ativo imobilizado	217	
	<u>516</u>	<u>(24.260)</u>
Resultado ajustado		
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(7.479)	83
Estoques	(12.208)	693
Impostos a recuperar	478	(23)
Outros créditos	8.118	(4.737)
Fornecedores	780	(1.695)
Obrigações sociais e trabalhistas	243	318
Impostos e contribuições a recolher	513	(717)
Outras contas a pagar	(1.788)	(6.741)
	<u>(10.828)</u>	<u>(37.079)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(10.828)</u>	<u>(37.079)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(10.202)	1.009
	<u>(10.202)</u>	<u>1.009</u>
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>(10.202)</u>	<u>1.009</u>
Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Aumento de capital	17.671	42.734
Mútuo com partes relacionadas	42.797	(7.150)
	<u>60.468</u>	<u>35.584</u>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	<u>60.468</u>	<u>35.584</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u><u>39.439</u></u>	<u><u>(486)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57	543
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>39.496</u>	<u>57</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u><u>39.439</u></u>	<u><u>(486)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Itafos Arraias Mineração e Fertilizantes S.A. é uma companhia com sede na Cidade de Arraias, Estado do Tocantins, que se dedica à exploração, mineração e produção de fertilizantes fosfatados e ácido sulfúrico. A Itafos Arraias é uma subsidiária Integral da Itafos Inc. (“Companhia”) que tem sua sede no estado de Delaware, EUA, localizada na 3500 South DuPont Highway, Dover, DE 19901, EUA, com escritório central corporativo em Houston, estado do Texas, e ações negociadas na TSX-V com o símbolo “IFOS”.

A Itafos Arraias se dedica à produção integrada de fertilizantes à base de fosfato e produtos especiais com um portfólio atraente de ativos de fosfato estratégicos de longo prazo, contando com complexo industrial com capacidade nominal instalada de 500.000 toneladas por ano de fertilizantes granulados. Este complexo é composto por minas de fosfato, uma planta de beneficiamento de minério, uma planta de ácido sulfúrico com capacidade nominal de produção de 220.000 toneladas por ano, uma planta de acidulação e granulação para produção de SSP, infraestrutura para armazenamento de produtos intermediários e acabados, além de estruturas para armazenamento de água e deposição de rejeitos. Do ponto de vista logístico, a Itafos Arraias está localizada em um dos principais mercados agrícolas e de fertilizantes do Brasil e do mundo.

Reativação da planta de ácido sulfúrico

A Companhia enfrentou desafios operacionais desde 2018, quando teve o reinício de sua operação, após o processo de recomissionamento integral da planta ocorrido em 2017, e manteve-se focada na melhoria das operações no seu processo de *ramp-up*, com particular atenção na melhoria do rendimento em massa, recuperação de P2O5 e qualidade geral do produto. Embora alguns dos desafios operacionais tenham sido resolvidos, o *Plano de Melhoria de Eficiência* não alcançou os resultados esperados.

Durante o ano de 2019, a Companhia implementou o *Plano de Reaproveitamento* na Itafos Arraias, a fim de otimizar a produção de fertilizantes acabados com um portfólio de vários produtos de compostos SSP e SSP + e PK premium de alto teor. O *Plano de Reaproveitamento* teve como objetivo aprimorar o posicionamento competitivo e a lucratividade da companhia, reduzindo o perfil de risco operacional e ambiental.

Em 21 de novembro de 2019, a Companhia anunciou sua decisão inativar temporariamente a operação da Itafos Arraias e suspender o *Plano de Reaproveitamento*, anunciado anteriormente como parte de uma abordagem disciplinada da alocação de capital, considerando a contínua pressão descendente nos preços globais de fertilizantes naquele momento e consequentes requisitos adicionais de capital para concluir o referido plano.

Em 2020, a Companhia implementou o plano de hibernação da Itafos Arraias, seguindo as melhores práticas para proteger e preservar o valor de seus ativos. Após o recebimento da anuência do sindicato dos trabalhadores, a Companhia concluiu as dispensas de funcionários e demissões de terceiros associadas ao plano. Apesar da hibernação do complexo industrial da Itafos Arraias, a Companhia continuou a empregar o pessoal necessário para o cuidado e manutenção dos ativos e manteve todas as licenças e autorizações em dia e em conformidade com os regulamentos existentes.

No segundo trimestre de 2020 e ao longo do ano de 2021, a Companhia lançou um programa para avaliar a retomada da operação do complexo da Itafos Arraias, delimitando o plano em estágios e ações específicas, denominado “*Stage-gate Program*”. Neste plano, que contemplava principalmente um estudo detalhado do plano geológico com adensamento da malha de sondagem, melhor caracterização do depósito mineral e novos estudos metalúrgicos, o avanço foi condicionado a conclusão das etapas prévias estabelecidas, limitando assim a exposição e gerenciamento do risco.

Em fevereiro de 2022 a Empresa anunciou a parcial retomada das operações da Itafos Arraias, notadamente a retomada da produção e venda de ácido sulfúrico aproveitando a oportunidade que o mercado apresentou durante o ano de 2021. Na sequência, a companhia realizou mais atividades de manutenção na fábrica de ácido sulfúrico, as quais foram concluídas em maio de 2022. Os demais ativos das operações da Itafos Arraias, incluindo a sua mina, planta de beneficiação, planta de acidulação e planta de granulação, permaneceram

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

hibernados.

Ressaltamos que a Companhia tem o compromisso de seus acionistas de continuar a fornecer suporte financeiro conforme necessário para cumprir com suas obrigações e passivos, conforme e quando se tornem devidos, garantindo, assim, a continuidade dos negócios e as operações da Itafos Arraias.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Referidas demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Adicionalmente, declaramos que as demonstrações financeiras atendem simultaneamente o BR-GAAP e IFRS.

A preparação de demonstrações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas em Reunião de Diretoria realizada em 27 de março de 2023.

2.2 Continuidade operacional

Os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). O saldo apresentado na demonstração do fluxo de caixa está líquido do saldo de contas garantidas. Para fins de apresentação, as contas garantidas estão demonstradas no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos", no passivo circulante.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos ("derivativos") são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo a cada data de balanço. O método para reconhecer o ganho ou a perda na demonstração financeira depende do fato de o derivativo ser ou não designado como um instrumento de *hedge*. Nesse caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido.

A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para limitar sua exposição ao risco cambial nas operações de venda e compra em moeda estrangeira. Esses derivativos são designados como *hedge* - ou seja, protegem contra o risco cambial associado a operações de venda previstas como altamente prováveis.

No início da operação, a Companhia designa e documenta as relações de *hedge*, de forma que os objetivos da gestão de riscos, os itens protegidos por *hedge* e os instrumentos de *hedge* sejam claramente identificáveis e que o risco inerente ao item em questão seja, de fato, o risco protegido pelo instrumento de *hedge*. A contabilização do *hedge* aplica-se apenas quando a Companhia espera que o instrumento financeiro derivativo seja altamente eficaz na compensação do risco cambial associado ao item protegido.

O valor justo de um derivativo de *hedge* é classificado, na data do balanço, como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* é superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* é de 12 meses ou menos.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* é registrada no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Ganhos ou perdas relacionados com a parcela não efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como "Outros ganhos/(perdas), líquidos".

Os valores registrados no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial" são reclassificados para a demonstração do resultado do exercício no período em que ocorre a venda e são registrados na conta "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Quando um contrato de câmbio a termo tem seu prazo de vencimento cumprido, ou vendido ou mesmo quando o *hedge* não mais atende aos critérios de contabilidade de *hedge*, todo ganho (ou perda) acumulados no patrimônio líquido são registrados na demonstração do resultado do exercício. Quando o *hedge* de proteção de transações previstas (*hedge forecast*) não mais ocorrer, todo ganho (perda) acumulados até naquele momento e registrados como "Ajuste de avaliação patrimonial", deve ser imediatamente reconhecido na rubrica "Outros ganhos/(perdas), líquidos".

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para efetuar a venda.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

2.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos.

A partir de 31 de dezembro de 2019, os terrenos e edificações passaram a ser mensurados ao valor justo com base em avaliações periódicas, no mínimo trienais, feitas por avaliadores independentes externos, menos a depreciação subsequente das edificações. Todos os outros ativos imobilizados são reconhecidos ao custo histórico menos a depreciação.

Quando terrenos e edificações são reavaliados, quaisquer depreciações acumuladas na data da reavaliação são eliminadas em relação ao valor contábil bruto.

Aumentos nos valores contábeis provenientes da reavaliação dos terrenos e edificações são reconhecidos em outros resultados abrangentes, líquidos de imposto, e acumulados em outras reservas no patrimônio líquido. Conforme o aumento reverte uma queda reconhecida anteriormente no resultado, ele é reconhecido primeiramente no resultado. As quedas que invertem aumentos anteriores do mesmo ativo são reconhecidas inicialmente em outros resultados abrangentes conforme o excesso de caixa atribuível ao ativo; todas as outras quedas são registradas no resultado.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcione aumento dos benefícios econômicos futuros sendo baixado o valor contábil das peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo menos o valor residual e a vida útil remanescente. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue:

- . Edificações - 3 - 21 anos
- . Máquinas - 2 - 10 anos
- . Outros - 2 - 6 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado (Nota 8).

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Ativos intangíveis

(a) Propriedades minerais e despesas de exploração e avaliação

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: Propriedades minerais e despesas de exploração e avaliação e direitos de uso de softwares.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os custos de aquisição de terrenos e direitos minerários são capitalizados na data da aquisição. Quando a produção começa, os custos de aquisição capitalizados e os custos de exploração e avaliação capitalizados são amortizados utilizando o método da unidade de produção com base em reservas estimadas economicamente recuperáveis. Na aquisição de propriedades de exploração, é registrada uma estimativa do valor justo do potencial exploratório do terreno, que não está sujeita a amortização. Na época em que o material mineralizado é convertido em reservas, o custo associado é reclassificado para um ativo sujeito a amortização.

Os custos incorridos na exploração e avaliação de reservas e recursos minerais são gastos até o momento em que as despesas são consideradas como prováveis de gerarem benefícios econômicos futuros com base em fatores como a recepção de uma avaliação econômica preliminar independente ou outro estudo sugerindo economia positiva do projeto. Tais despesas incluem despesas geológicas e geofísicas, custos de perfuração e custos gerais e administrativos relacionados a atividades de exploração e avaliação. Uma vez que um projeto é considerado como provável benefício econômico futuro, os custos relacionados incorridos subsequentemente a esta data são capitalizados até que a produção comercial começar ou é determinado que os valores capitalizados não serão recuperados. Os custos capitalizados não são amortizados até serem transferidos para propriedades minerais amortizáveis.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo (ativos biológicos e propriedades para investimento) são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

2.11 Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado tendo como referência o método de taxa de juros efetiva.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como despesa financeira.

As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.14 Benefícios a empregados e executivos

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil por ano, e de 9% sobre o lucro tributável base para a contribuição social sobre o lucro líquido. Os valores apurados consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real. A companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

2.18 Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado pelo valor justo quando há segurança razoável de que o benefício será recebido e quando a Companhia tiver cumprido todas as condições estabelecidas para tal. Enquanto a Companhia ainda não tiver cumprido todas as condições estabelecidas, os incentivos são reconhecidos como passivo (incluídos em receitas de exercícios futuros na rubrica "Outras contas a pagar"), até que as condições sejam cumpridas, quando, então, são registradas no resultado do exercício. Os incentivos recebidos são registrados no resultado de acordo com o benefício econômico proporcionado pelo incentivo fiscal.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas a seguir.

(a) Redução ao valor recuperável de contas a receber

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável, e de acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou sua totalidade.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconhecimento do imposto de renda diferido ativo

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração. A companhia não reconheceu os prejuízos fiscais como imposto diferido ativo, por não ter um horizonte de lucro tributável próximo.

(c) Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(d) Provisão para obrigação de desmobilização futuro de instalações

A companhia reconhece que há uma obrigação de restauração ambiental decorrente das atividades desenvolvidas, e ao término da exploração do local incorrerá em gastos. A metodologia de cálculo dessa provisão consiste em estimar na data base quanto a Companhia desembolsaria caso abandonasse as áreas naquele momento. O montante estimado é inflacionado até a data prevista para o desmobilização, e posteriormente descontado a valor presente por uma taxa livre de risco. O risco associado à provisão é considerado no fluxo estimado de pagamentos.

A taxa livre de risco utilizada é a taxa de um título governamental, cuja moeda e prazo sejam similares ao da provisão. As taxas de inflação e de desconto são revisadas periodicamente e eventuais aumentos ou reduções da provisão para desmobilização são registrados em contrapartida do ativo imobilizado. Em adição, mensalmente, a provisão é aumentada pelo efeito da taxa de desconto (accretion dos juros), em contrapartida do resultado financeiro.

(e) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação o seu valor em uso.

O valor justo líquido dos custos de venda é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O valor em uso é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros.

Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, conseqüentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do valor justo. Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados no menor nível em que existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros os quais a Companhia reconheceu impairment em anos anteriores são revisados caso eventos ou alterações de circunstância indiquem que o impairment não é mais aplicável. Nesses casos, uma reversão de impairment será reconhecida.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	17	49
Aplicações financeiras (i)	<u>39.479</u>	<u>8</u>
	<u><u>39.496</u></u>	<u><u>57</u></u>

(i) Trata-se de aplicações financeiras inferiores a 90 dias.

5. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber - Mercado interno	7.589	110
Outras contas a receber	345	345
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	<u>(38)</u>	<u>(2)</u>
	<u><u>7.896</u></u>	<u><u>452</u></u>

Em contas a receber de clientes, a Companhia reconheceu uma provisão para créditos de realização duvidosa, devido à inadimplência, no valor de R\$ 38 (2021 - R\$ 2).

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer	7.542	110
Vencidas há mais de 180 dias	393	345
(-) PECLD	<u>(38)</u>	<u>(2)</u>
	<u><u>7.896</u></u>	<u><u>452</u></u>

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Estoques

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante:		
Produtos acabados	10.187	1.255
Produtos em elaboração	2.922	613
Almoxarifado	14.404	12.430
	<u>27.513</u>	<u>14.298</u>
Não circulante:		
Minérios	5.302	6.309
(-) Provisão para obsolescência	(1.266)	(1.266)
	<u>4.036</u>	<u>5.043</u>
	<u><u>31.549</u></u>	<u><u>19.341</u></u>

O custo dos estoques reconhecidos como custo dos produtos vendidos do exercício de 2022 totalizou R\$ 114.136 (2021 - R\$ 14.650).

7. Impostos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante:		
Pis e cofins a recuperar	7.147	23
Não circulante:		
Pis e cofins a recuperar	38.844	46.446
	<u>45.991</u>	<u>46.469</u>

(i) Trata-se de créditos de pis e cofins que fora realizado os pedidos de ressarcimento para a receita federal e estão pendentes de análise por parte da autoridade fiscal, sendo o prazo limite de 5 anos.

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imobilizado

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Projeto itafós em andamento	Instalações operacionais	Juros capitalizados	Direito de uso	Impairment	Total
Custo								
Em 1º de janeiro de 2021	33.218	475.463	8.622	739.630	49.105	2.561	(746.097)	562.502
Adições		786	8.418					9.204
Reclassificações		(683)						(683)
Baixas		(481)		(9.170)				(9.651)
Em 31 de dezembro de 2021	33.218	475.085	17.041	730.460	49.105	2.561	(746.097)	561.373
Adições		1.111	9.090			589		10.791
Reclassificações								-
Baixas		(217)		(12.878)				(13.095)
Em 31 de dezembro de 2022	33.218	475.979	26.131	717.582	49.105	3.150	(746.097)	559.069
Depreciação e impairment acumulados								
Em 1º de janeiro de 2021	(474)	(142.850)	-	(174.729)	(8.519)	(1.892)	44.941	(283.523)
Despesa com depreciação		(236)		(274)				(510)
Baixas de depreciação		203						203
Remensuração do teste de impairment								-
Em 31 de dezembro de 2021	(474)	(142.883)	-	(175.004)	(8.519)	(1.892)	44.941	(283.831)
Despesa com depreciação	(23)	(2.026)		(10.672)				(12.721)
Baixas de depreciação							6.277	6.277
Remensuração do direito de uso						(946)		(946)
Em 31 de dezembro de 2022	(497)	(144.909)	-	(185.676)	(8.519)	(2.838)	51.218	(291.221)
Em 1o de janeiro de 2022	32.744	332.202	17.041	555.457	40.586	669	(701.156)	277.542
Em 31 de dezembro de 2022	32.721	331.070	26.131	531.906	40.586	312	(694.879)	267.848

Itafós arraias mineração e fertilizantes S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Ativos intangíveis

	Licencas e Softwares	Gastos Pré-Operacionais (Prod Comerc Dec	(-) Amortização	Total
Em 1º de janeiro de 2021	2.228	176.750	(10.393)	168.585
Adições			-	-
Reclassificações			-	-
Baixas			-	-
Em 31 de dezembro de 2021	2.228	176.750	(10.393)	168.585
Adições			(11)	(11)
Reclassificações			-	-
Baixas			-	-
Em 31 de dezembro de 2022	2.228	176.750	(10.404)	168.574

10. Debêntures

Emissão	Série	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
2ª Emissão - Partes relacionadas	Única	CDI + 4,5%	46.820	41.965
3ª Emissão - Partes relacionadas	1ª	CDI + 4,5%	13.274	11.898
3ª Emissão - Partes relacionadas	2ª	TJLP + 5,5%	40.166	40.005
5ª Emissão - Partes relacionadas	Única	CDI + 4,5%	224.825	201.511
9ª Emissão - Partes relacionadas	Única	Libor + 5,4%	58.175	59.209
Debêntures com terceiros	Terceiros		1.713	4.678
			<u>384.973</u>	<u>359.266</u>
Passivo circulante			1.712	4.678
Passivo não circulante			<u>383.261</u>	<u>354.588</u>
			<u>384.973</u>	<u>359.266</u>

(a) Debêntures com partes relacionadas

As debentures foram emitidas em favor da empresa do grupo Itafós Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP"). No contexto da recuperação extrajudicial, o FIP, através de contratos de seção celebrados com os bancos credores, adquiriu a dívida da Itafós Arraias e obteve as debentures como contra partida na formalização da transação

As emissões de debêntures conversíveis em "Ações Ordinárias", da espécie "Quirografia", em série única, para distribuição privada ("Oferta Privada"), foram feitas com observância aos seguintes requisitos:

- Ausência de Registro na Comissão de Valores Mobiliários;
- Arquivamento e Publicação da Ata da AGE da Emissão;
- Registro da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos na JUCETINS, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- Registro para Negociação e Custódia - A Debênture não será registrada para negociação em quaisquer mercados regulamentados de valores mobiliários, mas poderá ser registrada para custódia eletrônica e liquidação financeira de eventos na CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP");
- Não será constituído agente fiduciário para o Debenturista;
- Destinação de Recursos: repactuação de dívidas anteriores da Emissora, de forma que será integralizada com os Créditos de Integralização, que integram os créditos oriundos do financiamento do projeto Itafós, localizado no Estado do Tocantins, na divisa dos Estados de Goiás e do Tocantins, no Município de Arraias, para produção de SSP (superfosfato simples) através de implantação da unidade industrial (incluindo, mas não se limitando a, uma mina de minério de fosfato e respectiva planta de beneficiamento de minério e produção de fertilizante) para produção integrada dos fertilizantes do SSP (superfosfato simples) granulado com capacidade nominal de produção de 500.000 toneladas por ano;
- Conversibilidade - Após 02 (dois) anos da Data de Emissão, durante o Prazo de Conversão (conforme abaixo definido) e a exclusivo critério do Debenturista, a Debênture poderá ser parcial ou totalmente convertida em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Emissora ("Ações"). O prazo máximo para conversão da Debênture em Ações é de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão ("Prazo de Conversão");

- Valor de conversão: A conversão da Debênture será realizada considerando-se apenas o seu respectivo Valor Nominal Unitário, devendo a Remuneração acumulada desde a Data de Emissão até a Data de Conversão ser paga ao Debenturista, em moeda corrente nacional;
- Quantidade de ações: A Debênture será convertida, na Data de Conversão, por uma quantidade de Ações resultante do seguinte cálculo: divisão do Valor Nominal Unitário da Debênture (ou parte do Valor Nominal Unitário da Debênture em caso de conversão parcial), na Data de Conversão, desde logo fixado em R\$1,00 (Um real), com base na perspectiva de rentabilidade da Emissora, nos termos do artigo 170, 1º, inciso I, da Lei de Sociedade por Ações, que corresponderá ao preço de emissão das Ações;

11. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores nacionais	1.795	1.012
Fornecedores no exterior		4
	<u>1.795</u>	<u>1.015</u>

12. Depósitos judiciais e Provisões para contingências

A companhia, no curso normal de seus negócios, recebe demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas, discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais como garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas:

12.1 Processos com perda provável

	<u>Civil</u>	<u>Tributária</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2021	1.254	70	1.324
No resultado			
Provisões adicionais durante o ano	1.206	-	1.206
Valor baixado contra a provisão durante o ano	878	-	878
Em 31 de dezembro de 2022	<u>3.339</u>	<u>70</u>	<u>3.409</u>

12.2 Passivos contingentes

	<u>Cível</u>	<u>Criminal</u>	<u>Tributária</u>	<u>Ambientais</u>	<u>Total</u>
Provável	3.339	-	70	-	3.409
Possível	67.531	2.441	-	1.000	70.972
Remoto	18.061	-	-	-	18.061
	<u>88.931</u>	<u>2.441</u>	<u>70</u>	<u>1.000</u>	<u>92.442</u>

12.3 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, e valores depositados em contas correntes judiciais em conexão com ações judiciais trabalhistas e em substituição de pagamentos de tributos que estão sendo discutidos judicialmente. A companhia possui cerca de R\$ 4.171 e (R\$ 4.172 em 31 de dezembro de 2021), decorrente de causas judiciais relacionadas a Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM.

13. Outras contas a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Obrigações com condicionantes ambientais	1.011	1.085
Estoques em trânsito	1.813	1.931
Processos trabalhistas a pagar	1.311	2.077
Outras contas a pagar	10	-
	<u>4.145</u>	<u>5.094</u>
Passivo circulante	2.834	3.017
Passivo não circulante	1.311	2.077
	<u>4.145</u>	<u>5.094</u>

14. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante:		
Imposto de renda retido na fonte à recolher	213	175
CFEM a recolher	5.219	5.314
Parcelamento de ICMS a recolher	118	-
Pis e Cofins à recolher	811	811
ICMS à recolher	322	120
Outros impostos à recolher	35	165
	<u>6.717</u>	<u>6.585</u>
Não circulante		
Parcelamento de ICMS a recolher	381	0
Parcelamento de INSS a recolher	884	884
	<u>1.265</u>	<u>884</u>
Total	<u>7.982</u>	<u>7.469</u>

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de participação nos resultados	1.080	1.311
Férias a pagar	1.224	857
INSS a recolher	288	-
FGTS a recolher	87	56
INSS parcelamento	729	948
Outras obrigações trabalhistas	18	11
	<u>3.427</u>	<u>3.184</u>

16. Provisão para desmobilização de instalações

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas, assim como a desmobilização dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

Os custos de desmobilização foram mensurados com base em informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos, obras civis e reparações ambientais, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 - Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa de longo prazo do tesouro direto descontado pela inflação medida conforme o IGPM.

As movimentações dessas provisões estão demonstradas a seguir:

	<u>Provisão para desmobilização de instalações</u>
Em 1º de janeiro de 2021	51.783
Remensuração	(8.911)
Em 31 de dezembro de 2021	42.872
Remensuração	(12.878)
Em 31 de dezembro de 2022	29.994

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social no valor de R\$ 1.829.387, está representado por 1.236.652 ações ordinárias e 592.734 ações preferenciais.

Em 01 de junho de 2022 houve aumento no capital social da companhia de R\$ 17.671, referente a integralização de 17.671 ações ordinárias, subscritas pela Itafós Arraias Holdings B.V

31 de dezembro de 2022

ACIONISTAS	Nº. DE AÇÕES	Classe de ações	% Capital total
Itafós Arrais Holdings B.V.	1.087.277.153	ON	59,43%
Itafós International Holding Cooperative U.A.	149.375.570	ON	8,17%
Itafós Fundo de Investimento em Participações Estratégia	563.250.403	PN	30,79%
Outros	29.484.172	PN	1,61%
Total	1.829.387.298		100%

31 de dezembro de 2021

ACIONISTAS	Nº. DE AÇÕES	CLASSE DE AÇÕES	% CAPITAL SOCIAL
Itafós Arrais Holdings B.V.	1.069.605.874	ON	59,04%
Itafós International Holding Cooperative U.A.	149.375.570	ON	8,24%
Itafós Fundo de Investimento em Participações Estratégia	563.250.403	PN	31,09%
Outros	29.484.172	PN	1,63%
TOTAL	1.811.716.019		100%

17.2 Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia.

17.3 Reserva de lucros

São resultados obtidos pela companhia. A Companhia possui prejuízos acumulados no valor de R\$ 1.970.749, e prejuízo no exercício de 2022 de R\$ 36.911.

18. Receitas de vendas e serviços

A composição das receitas é a seguinte:

	2022	2021
Vendas brutas de produtos	128.202	921
Impostos e outras deduções de vendas:		
Pis e cofins	(4.355)	-
ICMS	(9.063)	(55)
Total da receita líquida operacional	114.784	867

19. Custos e despesas operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo dos produtos vendidos	86.561	362
Ociosidade	19.807	14.261
Baixas de estoque	1.460	27
Serviços de terceiros e gerais	2.372	2.425
Pessoal	6.763	6.764
Depreciação e amortização	6.445	179
Seguros operacionais	43	29
Impostos e taxas	1.852	128
Provisões para contingências	1.206	50
Outros custos e despesas	572	213
Outras receitas operacionais	(5.073)	(1.785)
Ganho ou perda na venda de imobilizado	21	218
	<u>122.029</u>	<u>22.871</u>
Custo dos produtos	(114.136)	(14.650)
Despesas gerais e administrativas	(12.944)	(9.788)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	5.051	1.567
	<u>(122.029)</u>	<u>(22.871)</u>

20. Resultado Financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas financeiras:		
IOF	(1.636)	(457)
Juros sobre empréstimos partes relacionadas	(28.634)	(19.737)
Juros passivos	(266)	(332)
Descontos concedidos	(58)	-
Variação cambial passiva	(70)	(153)
	<u>(30.663)</u>	<u>(20.679)</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	25	27
Variação cambial ativa	-	408
Rendimento de aplicação financeira	972	3
	<u>997</u>	<u>437</u>
	<u>(29.666)</u>	<u>(20.242)</u>

21. Imposto de renda e contribuição social

A companhia não reconheceu o ativo decorrente dos prejuízos fiscais acumulados, uma vez que não há previsão de lucro fiscal tributável, adotando a norma contábil do CPC 32. Em uma eventual projeção de lucro, o valor a ser reconhecido na data de 31 de dezembro de 2022 seria de aproximadamente R\$ 681 milhões.

22. Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Saldos do fim do exercício, decorrentes de operações de mútuo

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mútuo a receber:		
Itafós Araxá	2.140	1.865
	<u>2.140</u>	<u>1.865</u>
Mútuo a pagar:		
Itafos Santana Min. E Fertilizantes S.A	19.664	19.847
Itafos Desenvolvimento S.A.	94.289	94.289
Itafos Brazil Trading Company LTDA	76.389	34.109
Emprestimo Itafos Brazil Holdings B.V	700	-
Itafos Opportunities e Financing INC.	76	76
Itafos Fertilizer Corp.	28.351	28.351
	<u>219.469</u>	<u>176.672</u>

23. Gestão do risco financeiro

23.1 Gestão de capital

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Debêntures com partes relacionadas	383.261	354.588
Debêntures com terceiros	1.712	4.678
Mútuo com partes relacionadas	219.469	176.672
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(39.496)</u>	<u>(57)</u>
Dívida líquida	564.947	535.881
Total do patrimônio líquido	(86.148)	(66.908)
Total do capital	<u>478.799</u>	<u>468.973</u>
índice de alavancagem financeira - %	<u>118%</u>	<u>114%</u>

23.2 Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A companhia tem exposição ao CDI, TJLP e Libor.

23.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

* * *